

## 9. PLANOS DE CONTROLE E MONITORAMENTO TÉCNICO E AMBIENTAL

### 9.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os planos de controle e monitoramento técnico e ambiental têm como objetivo propor soluções para atenuar e/ou compensar os impactos ambientais adversos gerados e/ou previsíveis aos componentes do sistema ambiental pelas ações do projeto de implantação e operação da **CGE SÃO CRISTOVÃO** e **CGE SÃO JORGE**. Desse modo, constituem-se em elementos básicos de planejamento e de saneamento ambiental à implantação do projeto, bem como de gerenciamento ambiental durante a fase de operação das centrais eólicas.

Os planos propostos são de responsabilidade das empresas **CENTRAL EÓLICA SÃO CRISTOVÃO S.A.** e **CENTRAL EÓLICA SÃO JORGE S.A.** que deverão providenciar os projetos executivos para cada plano proposto.

Os Planos propostos de Controle e Monitoramento Técnico-Ambiental são:

### 9.2. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL

O objetivo geral do Plano de Gestão Ambiental é prover o empreendimento como um todo de mecanismos eficientes que garantam a execução e o controle das ações planejadas e a correta condução ambiental das obras, no que se refere aos procedimentos ambientais, mantendo um elevado padrão de qualidade na sua implantação e operação.

São objetivos também deste plano estabelecer procedimentos e instrumentos técnico-gerenciais para garantir a implementação das ações propostas nos planos ambientais, nas diversas fases do empreendimento.

O Plano de Gestão Ambiental será desenvolvido levando-se em consideração as premissas necessárias para dotação de gerenciamento de

todos os Planos ambientais necessários para um desempenho ambiental adequado dos empreendimentos. Para isso, deverão ser realizados:

- detalhamento dos planos ambientais propostos;
- elaboração das diretrizes e procedimentos ambientais, visando a contratação de serviços;
- implementação e acompanhamento dos planos ambientais, conforme os critérios previamente definidos;
- acompanhamento das ações ambientais durante a execução das obras;
- estabelecimento e cumprimento das normas de operação dos canteiros de obras;
- estabelecimento e cumprimento do Código de Conduta dos operários das frentes de trabalho e apoio administrativo, em especial na convivência com as comunidades locais;
- levantamento e monitoramento das atividades executadas durante as obras (ações construtivas) e as comunidades diretamente afetadas, em especial problemas de ordem material e estrutural (derrubada de cercas, remoção de estruturas, retirada de árvores frutíferas) e acompanhamento dos devidos reparos com a emissão de relatórios de acompanhamento; e,
- elaboração e aplicação de Planos de treinamento, de educação ambiental e sanitária e de proteção individual para os trabalhadores.

### 9.3. PLANO AMBIENTAL PARA CONSTRUÇÃO GERAL

O presente Plano Ambiental para Construção Geral apresenta os critérios e técnicas ambientais a serem empregadas na construção e montagem das **CGE SÃO CRISTOVÃO** e **CGE SÃO JORGE**, com vistas à preservação da qualidade ambiental das áreas que vão sofrer intervenção e à minimização dos impactos sobre as comunidades locais e vizinhas e sobre os trabalhadores.

Este plano deverá ser seguido pela construtora e supervisionado pelo empreendedor, pois contempla uma série de procedimentos que devem ser adotados pelas construtoras contratadas para que a obra transcorra dentro das normas técnicas de engenharia e segurança do trabalhador e seu ambiente de trabalho, bem como de ordenamento do uso do solo e do manejo de materiais, tendo, por fim, a manutenção de boas condições ambientais nos locais das obras.

A implementação deste plano requererá que a construtora acrescente em seus procedimentos executivos todas as práticas que se tornarem necessárias à melhoria do desempenho ambiental da obra, destacando-se:

- métodos padronizados de construção;
- medidas de prevenção, contenção e controle de eventos naturais; e,
- medidas mitigadoras para os impactos significativos identificados na fase de implantação do projeto.

### 9.4. PLANO DE PROTEÇÃO DO TRABALHADOR E SEGURANÇA DO AMBIENTE DE TRABALHO

O Plano de Proteção ao Trabalhador e Segurança do Ambiente de Trabalho, envolve duas situações distintas: a primeira, ligada à etapa de instalação dos aerogeradores, estando inclusas as fases de montagem e instalação dos equipamentos; a segunda, direcionada ao trabalhador e seu ambiente, durante a etapa de funcionamento da **CGE SÃO CRISTOVÃO** e da **CGE SÃO JORGE**.

Na etapa de montagem dos equipamentos e funcionamento, o empreendedor será o responsável direto por todas as normas de

segurança, mesmo que, na etapa de montagem, venham a ser contratadas empresas especializadas independentes.

O Plano de Proteção ao Trabalhador e Segurança do Ambiente de Trabalho está consubstanciado em relação aos dois aspectos principais citados: etapa de construção e etapa de funcionamento, tendo como base a legislação federal, nas relações com trabalhadores e ambiente de trabalho.

### 9.5. PLANO DE RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DEGRADADAS

O projeto da **CGE SÃO CRISTOVÃO** e **CGE SÃO JORGE** foi elaborado de forma a ocupar minimamente a área licenciada, reflexo disto é a taxa de ocupação do projeto, situada em torno de 4,0 %, devendo considerar que se trata de uma obra pontual e linear, o que diminui significativamente as áreas a serem degradadas.

Nas áreas de influência direta dos aerogeradores (bases das torres de sustentação), a degradação é restrita ao entorno imediato da obra e são relativas à deposição de produtos de construção, acúmulo de bota fora e outros materiais, de forma que um plano de controle a ser executado durante e após a implantação do empreendimento, será de significativo valor para a manutenção da qualidade ambiental.

Conforme o arranjo espacial da **CGE SÃO CRISTOVÃO** e da **CGE SÃO JORGE** verifica-se como área potencialmente sujeita às alterações ambientais, as áreas marginais às estradas de acesso, o entorno das torres e das edificações.

Este plano deverá conter um conjunto de medidas corretivas ou reparadoras e um conjunto de medidas profiláticas que serão importantes para minimizar ou evitar a evolução dos processos de degradação nas frentes de trabalho. As ações destes planos devem ser direcionadas.

### 9.6. PLANO DE PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E PAISAGÍSTICOS

O Plano de Preservação dos Recursos Hídricos e Paisagísticos da área de influência direta da **CGE SÃO CRISTOVÃO** e **CGE SÃO JORGE** tem como

objetivos específicos evitar alterações nos aspectos ambientais da área do licenciamento ambiental, como também garantir a qualidade dos recursos hídricos subterrâneos.

A geração de energia elétrica através da força eólica não produz efluentes ou resíduos sólidos, de forma que não há previsão de alteração da paisagem ou dos recursos hídricos durante a operação das centrais eólicas. Entretanto, é pertinente ponderar que, durante a fase de implantação da obra, poderão ocorrer alterações morfológicas para construção das bases das torres e dos acessos internos e haverá produção de efluentes provenientes do canteiro de obras, o que poderá comprometer os aspectos paisagísticos locais.

Nesse sentido, o plano de preservação dos recursos hídricos deverá ser dirigido com procedimentos e técnicas específicas para serem aplicadas durante a implantação das CGEs, o que evitará a alteração dos recursos naturais.

Quanto às águas subterrâneas, não são prognosticados efeitos do empreendimento como um todo sobre este parâmetro ambiental, ressaltando-se que serão conservadas áreas livres para recarga dos Aquíferos Dunas e Barreiras.

## 9.7. PLANO DE CONTROLE DE DESMATAMENTO

O programa tem como objetivo assegurar que os impactos resultantes da ação de desmatamento sejam mitigados ao máximo. Nesse contexto, é indispensável à elaboração de um plano de desmatamento que integre as seguintes ações:

- **Demarcação das Áreas para Desmatamento, que deverá considerar os limites da área de influência direta e das Áreas de Preservação Permanente. O desmatamento deverá ser realizado de forma modulada, sendo definido também o escape da fauna.**
- **Definição do Escape da Fauna.** Sugere-se que o desmatamento seja feito de maneira a permitir a fuga do maior número possível de animais para as áreas adjacentes que permanecerão

conservadas, evitando completamente a formação de “ilhas de vegetação” onde os animais possam ficar presos. É conveniente que durante o desmatamento, seja feita fiscalização proibindo a caça de animais silvestres.

- **Definição dos Métodos de Desmatamento** se dá considerando os fatores que afetam a capacidade de trabalho das máquinas (topografia, tipo de solo, condições climáticas, presença de pedras, afloramentos, etc.) e a tipologia florestal.

Vale salientar que o empreendedor deverá solicitar a Autorização de Desmatamento ao órgão ambiental – SEMACE, antes de iniciar qualquer procedimento de retirada da vegetação da área e que, somente com a emissão desta, essa etapa do projeto poderá ser iniciada.

## 9.8. PLANO DE MONITORAMENTO DA FAUNA

O termo monitoramento se define como uma atividade de controle que pode ser aplicada em uma variedade de ações consistindo na coleta e interpretação de dados que permitem avaliar tendências, indicando necessidades de ajustes no andamento de determinados projetos.

De posse de uma base de dados sobre a biota referente a um período anterior à intervenção, o monitoramento poderá indicar os efeitos das mudanças no *habitat* através de organismos tidos como bioindicadores de mudanças de origem antrópica. O equilíbrio de uma população que habita uma determinada área significa a interação de seus fatores bióticos, com os fatores físicos e químicos e com as ações antrópicas, como a caça, a pesca, o crescimento urbano, etc.

Os bioindicadores mais utilizados são aqueles capazes de diferenciar entre oscilações naturais (p.ex. mudanças fenológicas, ciclos sazonais de chuva e seca) e estresses antrópicos, assim como mamíferos e aves.

A utilização das aves se deve ao fato delas reagirem rapidamente a quaisquer alterações nos locais onde nidificam, alimentam-se ou utilizam como refúgios nos seus ciclos de vida. Além disso,

a maioria das aves tem hábitos diurnos e são facilmente visíveis, apresentando alta diversidade de espécies, com diferentes hábitos e níveis de sensibilidade a alterações ambientais.

Quanto aos mamíferos, sua importância ecológica, a presença de setores de mata como dunas fixas e vegetação herbáceo-arbustiva na área de intervenção e a falta de conhecimento de possíveis impactos da operação dos aerogeradores sobre este grupo, justificam seu monitoramento.

Serão utilizados como indicadores para o acompanhamento do monitoramento da fauna o número de animais encontrados mortos na área de implantação e no entorno, a integridade dos indivíduos monitorados (condições de saúde) e o número de animais capturados no monitoramento – tamanho da população.

Durante os períodos de monitoramento em que serão realizadas amostragens dos vertebrados, deverá ser estabelecido o mesmo esforço de amostragem durante os dias em que serão realizadas as visitas de monitoramento no sentido de facilitar a comparação estatística dos valores dos parâmetros medidos.

## 9.9. PLANO DE MONITORAMENTO DOS RUÍDOS E VIBRAÇÕES

O monitoramento do nível de ruídos e vibrações irá fornecer suporte para o controle do nível de ruídos gerados na área através da aplicação de medidas mitigadoras e de controle, as quais deverão atuar diretamente na fonte emissora. Será também de fundamental relevância para a prevenção e controle da saúde operacional dos funcionários diretamente envolvidos, bem como para possíveis adequações do empreendimento quanto às emissões sonoras.

Os níveis de ruídos deverão ser determinados tanto na área de influência direta das CGEs quanto no entorno ao empreendimento. As medições internas deverão ser feitas, principalmente, nos locais onde existam equipamentos, compartimentadas em cada uma das torres da **CGE SÃO CRISTOVÃO** e da **CGE SÃO JORGE**.

Especificamente em relação à etapa de implantação das CGEs, as medições e a composição de relatórios correlatos deverão ser

feitos mensalmente, objetivando captar a dinâmica das obras e sua impactância na vizinhança.

Em relação à operação, para que se possa fazer uma avaliação precisa das alterações geradas à qualidade sonora do ambiente em decorrência do funcionamento dos 25 (vinte e cinco) aerogeradores das duas CGEs, é recomendável que o monitoramento seja realizado por um período de três anos.

No primeiro ano de operação, a periodicidade das medições poderá ser bimestral e, a partir dos resultados obtidos, será elaborado um relatório anual contendo a análise do período.

Durante este período de três anos, deverão ser encaminhados relatórios anuais à SEMACE. Quando da elaboração do último relatório anual, o objetivo será realizar uma análise conclusiva sobre a relação causa-efeito gerada pelos empreendimentos (funcionamento dos aerogeradores) na sua área de influência, no que se refere à emissão de ruídos, bem como, a pertinência na continuidade do monitoramento. Ressalta-se ainda que uma possível linearidade dos dados coletados durante um período de monitoramento corresponde a um indicador de interrupção do monitoramento.

## 9.10. PLANO DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS

Este plano contemplará o monitoramento e avaliação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas presentes na área potencialmente afetada pelo empreendimento e entorno próximo. Dessa forma, em função dos impactos descritos, serão monitorados parâmetros específicos descritos na legislação federal e estadual pertinentes.

O monitoramento da qualidade dos recursos hídricos da **CGE SÃO CRISTOVÃO** e da **CGE SÃO JORGE** tem como objetivo acompanhar a qualidade dos recursos superficiais e subterrâneos, através de análises físico-químicas das amostras coletadas na área afetada pelos empreendimentos, no sentido de obter parâmetros para avaliar as alterações no padrão de qualidade da água, em consequência da implantação e operação das CGEs, além da avaliação periódica da vazão dos

curtos d' água superficiais e do nível das águas subterrâneas.

Diversas atividades associadas às fases de implantação e operação das centrais eólicas poderão alterar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas. As principais atividades dessas etapas que poderão gerar impactos são:

- abastecimento, manutenção e operação de veículos e equipamentos;
- circulação de veículos e equipamentos;
- supressão de vegetação;
- obras de terraplenagem e escavação de fundações;
- construção ou adequação de acessos;
- implantação e recuperação de áreas de empréstimo e de depósitos de material excedente (bota-foras);
- instalação e operação de canteiros de obra;
- funcionamento de refeitórios, sanitários, etc; e,
- estocagem de material.

#### **9.11. PLANO DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DOS SOLOS**

O monitoramento da qualidade dos solos tem como objetivo identificar alterações nas suas características químicas e mineralógicas, decorrentes da implantação e operação das CGEs. O monitoramento deverá ser realizado tendo por base o diagnóstico das condições pedológicas, sendo também estabelecidas as inter-relações dos solos e águas superficiais e águas subterrâneas, permitindo o acompanhamento do sistema físico e da sua dinâmica de circulação.

A caracterização da qualidade do solo deverá levantar parâmetros composicionais possíveis de serem alterados com o empreendimento.

O monitoramento da qualidade do solo deverá obedecer a seguinte sequência de ações:

- confeccionar mapa, tendo como base o levantamento planialtimétrico da área do empreendimento;
- definir as zonas de monitoramento;
- fazer levantamento da qualidade do solo antecedente a fase de implantação do empreendimento, visando a definição dos parâmetros a serem controlados;
- definir a frequência de coleta de amostras;
- elaborar rotina de análise; e,
- diagnosticar as características a partir dos resultados das análises.

#### **9.12. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Programa de Gerenciamento de Riscos, solicitado nos Termos de Referência nº 604/2011 e nº 607/2011 - COPAM/NUCAM da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, mais precisamente no item nº 13 (treze), terá seu conteúdo integral anexado ao processo de licenciamento ambiental.

#### **9.13. PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA**

Assim como o Programa de Gerenciamento de Riscos, o Plano de Ação de Emergência, também solicitado nos Termos de Referência nº 604/2011 e nº 607/2011 - COPAM/NUCAM da SEMACE, mais precisamente no item nº 13 (treze), terá seu conteúdo integral anexado ao processo de licenciamento ambiental.

#### **9.14. PROGRAMA DE SAÚDE PARA AS COMUNIDADES CIRCUNVIZINHAS**

O Programa de Saúde das Populações Circunvizinhas ao empreendimento tem por objetivo diagnosticar e monitorar os efeitos sobre a exposição da população residente na área de entorno, sobretudo, aos impactos relacionados às ações pertinentes à etapa de implantação do empreendimento.

Os impactos prognosticados são: alteração da qualidade do ar (emissão de poeiras, particulados, gases), alteração da sonoridade (aumento no nível de ruídos), desconforto ambiental (supressão vegetal e implantação de equipamentos de grande porte no local), bem como riscos

à saúde da população, como acidentes de trânsito, com a passagem dos veículos de transporte dos equipamentos, e acidentes relativos aos ataques de animais peçonhentos como cobras e escorpiões, que podem vir a procurar abrigo em quintais, plantações e residências existentes no entorno.

Passadas as adversidades da fase de implantação, o funcionamento das CGEs gerará poucos impactos ambientais adversos, posto que se trata de um processo de produção de energia ambientalmente correto, onde a matéria-prima envolvida (o vento) entra no sistema, gera energia e sai com a mesma qualidade, não havendo lançamento de efluentes para o ambiente.

O funcionamento das CGEs não gerará, portanto, efluentes ou resíduos e, desta forma, não há possibilidade de contaminação de recursos naturais e consequentemente, a afetação da saúde da população do entorno.

### 9.15. PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Programa de Educação Ambiental tem como objetivo fornecer instruções básicas de preservação e controle do meio ambiente aos seguintes grupos envolvidos no empreendimento como um todo: operários empregados na implantação e funcionários do empreendimento.

Os objetivos específicos se confundem com as metas e estão discriminados conforme os tópicos a seguir:

- difundir os princípios e práticas da educação ambiental;
- promover a adoção de valores e atitudes que possibilitem a preservação e conservação de ambientes naturais;
- melhorar a qualidade de vida;
- divulgar aspectos da legislação ambiental;
- incentivar a geração e aplicação de políticas governamentais de meio ambiente;
- orientar sobre o relacionamento entre saneamento básico e qualidade de vida, incentivando também as atitudes que se unirão aos sistemas de abastecimento d'água, coleta e tratamento de lixo;
- divulgar os aspectos ambientais que são associados ao empreendimento;

- orientar sobre a importância das áreas de interesse ambiental na região, alertando sobre consequências da degradação; e,
- incentivar a reeducação, quanto à forma de coleta seletiva e reciclagem de lixo.

### 9.16. PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Programa de Comunicação Social tem como objetivo o repasse de informações às comunidades de interesse sobre as etapas e ações do empreendimento, nas fases de projeto, construção e funcionamento da central eólica, estabelecendo uma ligação permanente entre o empreendedor e as comunidades afetadas pelo empreendimento. Esse programa visa reduzir ao máximo os conflitos e problemas relacionados à implantação do empreendimento na área pleiteada ao licenciamento ambiental.

Esse programa terá interface com o Plano de Gestão Ambiental e o Programa de Educação Ambiental, além de possuir interação com os demais programas.

A implementação deste programa deverá ser iniciada antes do início da implantação do empreendimento e durante o período de sua instalação.

As metas deste programa estarão focadas na transmissão de informações sobre o desenvolvimento do projeto, devendo ser mantido um canal de informações, de forma clara e sistemática, que possa diminuir o grau de tensão da população, evitando distorções de notícias, o que poderia provocar expectativas negativas nos públicos envolvidos, além de contribuir para evitar que ocorram acidentes por falta de informações.

### 9.17. PROGRAMA PARA IDENTIFICAÇÃO DE SÍTIOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS

Este programa visa cumprir a necessidade de salvaguardar os sítios históricos e arqueológicos expostos durante a fase de implantação da **CGE SÃO CRISTOVÃO** e da **CGE SÃO JORGE**.

Durante a fase de implantação das CGEs deverão ser tomadas algumas medidas a fim de possibilitar

a melhor execução do plano para identificação de sítios históricos e arqueológicos:

- Quando da possível identificação e localização de achados no curso das escavações, os trabalhos no local deverão ser imediatamente suspensos.
- A construtora responsável deverá informar o ocorrido imediatamente aos empreendedores, para que este possa tomar as devidas providências.
- A ocorrência de achado arqueológico deverá ser comunicada ao IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, devendo ser feita imediatamente por telefone, fax ou e-mail e, posteriormente, através de ofício. O órgão deverá enviar um técnico ao local para identificação dos achados e definição dos procedimentos dos trabalhos.
- A ocorrência de achados paleontológicos deverá ser comunicada diretamente ao DNPM – Departamento Nacional da Produção Mineral, imediatamente através de telefone, fax ou e-mail e, posteriormente, através de ofício. O órgão deverá enviar um técnico ao local para identificação dos achados e definição dos procedimentos dos trabalhos.
- O local deve ser imediatamente isolado com fita de polietileno sinalizadora até a visita de um especialista das instituições cabíveis (IPHAN ou DNPM).
- O local deve ser georreferenciado e demarcado no mapa topográfico de detalhe da área do projeto ou no Mapa de Zoneamento Geoambiental. A referência cartográfica do local deverá ser feita com GPS de precisão.

Em atendimento à Portaria IPHAN Nº. 230, que visa compatibilizar as fases de obtenção da Licença Ambiental com o estudo prévio de arqueologia, de modo a assegurar a preservação deste patrimônio, se identificado na área, foram elaborados estudos prévios de arqueologia para a área de intervenção da **CGE SÃO CRISTOVÃO** e da **CGE SÃO JORGE**, desenvolvidos pela empresa Geoconsult Consultoria, Geologia e Meio Ambiente

Ltda., sob a responsabilidade da arqueóloga Marcélia Marques.

## 9.18. PLANO DE AUDITORIA AMBIENTAL

Em linhas gerais, chama-se auditoria qualquer exame sistemático ou vistoria de caráter técnico e especializado de procedimentos de uma organização ou empreendimento. A auditoria ambiental consiste em exame sistemático, periódico, documentado e objetivo, envolvendo análises, ensaios e confirmações, de operações e práticas realizadas em uma empresa, órgão ou entidade em relação às exigências ambientais legais, normativas e de políticas internas.

Aplica-se a auditoria no âmbito de um sistema de gerenciamento ambiental ou na documentação utilizada no licenciamento ambiental. No caso específico das CGEs, além de seu próprio sistema de gerenciamento ambiental, deverá ser considerado, para fins de auditoria ambiental, o presente Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Neste caso, a auditoria passa a ser uma ferramenta do processo continuado de Avaliação de Impacto Ambiental – AIA.

A auditoria ambiental tem por objetivo detectar e equacionar todos os problemas técnicos – ambientais, a partir da análise não só do desempenho das centrais eólicas, mas também das políticas, diretrizes e filosofias do empreendimento como um todo, de seus técnicos, e de pessoas envolvidas direta ou indiretamente no gerenciamento dos projetos, encarregadas de promover o atendimento dos padrões de conformidade legal.

Objetiva ainda, num processo destinado a avaliar a eficácia dos investimentos e da gestão do gerenciamento em meio ambiente, entre outras coisas:

- Determinar o montante de seu ativo ambiental, ou seja, o que a empresa, através da gerência dos projetos, já fez em termos ambientais.
- Determinar o montante de seu passivo ambiental, ou seja, o que resta para ser feito em termos ambientais.

- Determinar suas possibilidades de reduzir custos, através da alteração dos programas de manutenção, da recuperação e de controle de poluição e degradação ambiental.
- Identificar oportunidades e vulnerabilidade à expansão e a excelência do empreendimento como um todo.

### 9.19. PROGRAMA DE DESATIVAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O Programa de Desativação do Empreendimento como um todo objetiva descrever as etapas que deverão ser seguidas na desmontagem das CGEs no final do período de concessão, além da destinação final dos componentes dos aerogeradores.

Após um período de 25 (vinte e cinco) anos, caso não haja renovação dos contratos firmados, a **CGE SÃO CRISTOVÃO** será desativada, assim como a **CGE SÃO JORGE**. Assim, se justifica a necessidade

de se estabelecer as fases e etapas do trabalho de desativação das CGEs e desmontagem dos equipamentos.

O programa de desativação será dividido em fases para facilitar o planejamento das atividades associadas a cada etapa.

#### - Fase 1: Testes das CGEs

#### - Fase 2: Desconexão dos Sistemas Elétricos

- ♦ 1ª Parte - Subestações Elevadoras;
- ♦ 2ª Parte - Linhas de Transmissão das Subestações Elevadoras.

#### - Fase 3: Desmonte das Naceles

#### - Fase 4: Desmonte das Torres

#### - Fase 5: Desativação Total

Os empreendedores são os responsáveis pela execução do Programa de Desativação dos empreendimentos, devendo elaborar cronograma detalhado de trabalho quando a desativação se fizer próxima.